

E nós, que não temos um Gorbachov?

"A República Socialista Soviética do Brasil — o braço empresarial do Estado brasileiro — vive da exploração do trabalho de uma população de 120 milhões de indivíduos. Exatamente como na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja população de 260 milhões de pessoas trabalha para sustentar os privilégios de uma casta de 250 mil pessoas que o dissidente russo André Vozlenski definiu como a nomenklatura. Nossa nomenklatura está longe de ser tão volumosa quanto a soviética. Em compensação, sua ineficiência e seu sibaritismo são idênticos e seus privilégios custam incomparavelmente mais para a paupérrima população brasileira do que os privilégios da nomenklatura soviética para a população soviética, toda ela integrada no mesmo sistema econômico totalmente estatizado."

Assim, em agosto de 1983, nosso diretor responsável apresentava aos leitores uma memorável série de reportagens — A República Socialista Soviética do Brasil — que o Jornal da Tarde começava a publicar, radiografando o monstro estatal brasileiro, já na época apontado, fora e dentro do governo (pelo então poderoso ministro Delfim Neto, por exemplo), como o grande responsável pela crise que o País enfrentava: absoluta incapacidade de pagar os empréstimos externos, recessão econômica, alta taxa de desemprego, péssimos indicadores sociais, inflação acima dos 10% ao mês e se aproximando dos 200% ao ano. (Tem gente que já sente até saudades desse tempo!) O ministro Delfim Neto já havia criado a Sest para tentar controlar o monstro, o governo já tinha um programa de desestatização, muitas vantagens salariais estavam contidas (pelo menos no papel), as contratações no setor público estavam controladas (*idem, ibidem*). Mas o Estado continuava consumindo mais e mais recursos. E como já não havia mais como alimentar-se de dólares, ele voltou suas garras para os lados do cidadão brasileiro.

Hoje, passados quase cinco anos, depois de quatro novos ministros da Fazenda, depois de mais alguns programas de desestatização, depois de uma série de decretos cortando vantagens do funcionalismo e proibindo contratações, praticamente nada mudou no aparelho estatal brasileiro, ou melhor, tudo piorou: ele continua gigantesco, inoperante, incompetente e está cada vez mais insaciável, a ponto de haver exaurido também as forças internas que o sustentam. É o que mostra o levantamento feito pela revista Balanço Anual sobre o desempenho das empresas brasileiras no ano passado, a partir de uma análise de 5.870 balanços contábeis, cujos resultados preliminares foram publicados ontem pelo jornal Gazeta Mercantil.

A pesquisa comprova claramente que a economia brasileira hoje ainda está de pé graças ao setor privado e que este vem sendo paulatinamente sugado pelo Estado. Vejamos algumas conclusões do estudo:

— Para cada cruzado faturado no ano passado, as empresas estatais perderam Cr\$ 1,13; para cada cruzado de patrimônio líquido, as estatais deviam quase Cr\$ 2,00.

— O perfil financeiro das empresas com controle de capital estatal agravou-se: o balanço de 214 estatais mostra dívidas de 3 trilhões, 763 bilhões de cruzados, mais de dois terços das dívidas totais do universo de empresas pesquisadas.

— Os setores com forte presença de capital estatal apresentaram pesadas perdas: os serviços públicos perderam 947 bilhões de cruzados; o setor siderúrgico, puxado pelas usinas oficiais, perdeu 800 bilhões; o de transportes teve prejuízos de 330 bilhões; e o de mineração perdeu 134 bilhões.

— O endividamento geral dessas empresas pesquisadas foi de 56,4%. As privadas de capital nacional registraram um endividamento de 31,9%, as estrangeiras, 38,2%, as de capital misto, 39,3% e as estatais, 55,4%.

— Mais de 90% do patrimônio líquido real das estatais estava no final do ano passado comprometido pelas dívidas financeiras, enquanto para as empresas privadas de capital nacional as dívidas representaram apenas 27,04% do patrimônio e para as estrangeiras 27,38%.

— Entre as 500 maiores empresas, os três maiores prejuízos ficaram com a Açominas (Cr\$ 202 bilhões), com a Companhia Siderúrgica Paulista (Cr\$ 161 bilhões), e com a Companhia Siderúrgica Nacional (Cr\$ 155 bilhões), todas do grupo Siderbrás. E o governo ainda pensa em instalar duas novas siderúrgicas oficiais: uma no Maranhão, terra do presidente José Sarney, ao custo inicial de 3,8 bilhões de dólares, e outra no Ceará, ao preço de 1,5 a 2 bilhões de dólares.

A mesma edição da Gazeta Mercantil que trazia essas impressionantes revelações publicava um trabalho do economista Sérgio Cutolo, pesquisador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília e ex-assessor econômico do Ministério do Trabalho, mostrando que o Estado brasileiro em seus três níveis — federal, estadual e municipal — era responsável, no ano passado, por 29,9% dos empregos existentes no País e por 23,1% da massa salarial. E essa presença do Estado no mercado de trabalho dificilmente irá ser reduzida enquanto prevalecer o tipo de mentalidade política imperante hoje na vida pública brasileira, essa noção de que o governo está aí para servir os políticos e seus amigos. Apesar de só na área federal existirem, segundo o próprio ministro da Administração, Aloísio Alves, cerca de 300 mil funcionários ociosos, um relatório do Tribunal de Contas da União, divulgado na semana passada, constatou que a "Nova" República, no período de 15 de março de 1985 a julho de 1987, contratou 140 mil novos funcionários, o que dá uma média de 160 contratações por dia, contando-se sábados, domingos e feriados.

Dante desse quadro, não é preciso procurar explicações para uma inflação de 20% ao mês e apontando para os 800% ao ano, em que pese todos os esforços dos ministros da Fazenda e do Planejamento para conter o déficit público. Como já escrevemos em 1983, a nomenklatura brasileira é poderosíssima, mas muito mais poderosa mesmo do que a sua similar soviética. Tanto que a soviética está tendo suas estruturas minadas pela perestroika de Gorbachov enquanto a brasileira amplia seus tentáculos. E não desistirá: continuará sugando, sugando...

Só mesmo os grandes luminares dessa nomenklatura como o general Ernesto Geisel, um dos maiores responsáveis pelo agigantamento do Estado brasileiro, e os grupelhos das muitas e desvaliradas esquerdas brasileiras ainda têm alguma dúvida sobre a urgentíssima necessidade de se desbastar a selva estatal como única forma de resolver os problemas nacionais e recolocar o País na trilha do desenvolvimento.